

DEFENDENDO OS INTERESSES PÁTRIOS CONTRA OS INIMIGOS DO BRASIL: NACIONALISMO E EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO JORNAL *CORREIO DE SÃO LEOPOLDO* (SÃO LEOPOLDO/RS, 1938-1943)

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo

Nosso objetivo neste artigo é analisar a interação entre os campos político e intelectual através da imprensa, a partir de um estudo de caso que tem como local o município sul-rio-grandense de São Leopoldo, durante o período mais intenso do regime do Estado Novo, durante os anos de 1938 e 1943. Tendo como base a atuação de Carlos de Souza Moraes, que exerceu atividades políticas e intelectuais durante esse período, ao mesmo tempo em que ocupava o cargo de diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, buscamos sopesar como esse jornal foi utilizado como instrumento de divulgação das ideias nacionalistas deste agente político e intelectual e sua campanha contra determinados grupos étnicos, vistos como uma ameaça a integridade brasileira.

Palavras-chave: Política. Imprensa. Nacionalismo. Estado Novo. Educação.

Recebido em 11 de janeiro de 2017 e aprovado para publicação em 29 de abril de 2018

¹ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do curso de Licenciatura em História e cursos de Especialização do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). Correio eletrônico: rluis.historia@gmail.com.

Introdução

As interações entre os campos político e intelectual são marcadas por trocas significativas, onde em muitos casos um respalda e solidifica o outro. E essas relações vão além da dinâmica meramente partidária, embora se materializem amplamente também nesse âmbito. Conforme autores como René Rémond², as relações políticas não estão ligadas apenas com a questão de participação e ocupação de cargos. Esta política, mais ampla, se dá em um contexto complexo, envolvendo diferentes agentes sociais e diferentes estratégias para o arranjo e a implantação de ideias e ações. Esse conjunto de estratégias visa garantir para estes grupos vantagens, espaços, poder e predominância sobre outros. Corroborando com essa assertiva, para Pierre Bourdieu³, a estruturação de relações acaba constituindo uma relação de poder, mesmo que subjetivamente, onde é possível adotar estratégias para forçar mudanças, construir ou desconstruir objetivos, reivindicar espaços ou rejeitar oposições. Compreender essa amplitude do conceito e das práticas políticas é importante para visualizar com maior clareza as elucubrações e arranjos que ocorrem no seio da dinâmica social.

Sobre a intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX, onde nosso recorte temporal se insere, conforme Daniel Aarão Reis, “era, ainda assim, pouco numerosa e formada em sua maioria, por membros das elites ascendentes ou descendentes e, cada vez mais, por jornalistas e profissionais liberais (médicos e, sobretudo, advogados)”⁴. Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, uma parcela significativa desta intelectualidade passaria a defender ideias de cunho mais nacionalista, buscando assim fomentar uma identidade realmente nacional, ou seja, uma *brasilidade*. Exemplo disso são as manifestações ocorridas em 1922, decorrentes da Semana de Arte Moderna, ou no surgimento de grupos culturais e intelectuais, como o Verde-Amarelo e o Grupo da Anta, liderados por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado, ou o Movimento Antropofágico, de Oswald de Andrade. Posteriormente, já na década de 1930, essa busca por uma identidade tipicamente brasileira daria origem a movimentos políticos estruturados, como é o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, em 1932, como uma espécie de desdobramento do Grupo da Anta, politicamente voltado para as ideias de direita, flertando inclusive com as ideias fascistas, em ascensão na Europa desde 1922.

² RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

⁴ REIS, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p.139

O agente histórico que analisaremos neste artigo teve, ao longo de sua vida, uma relação muito próxima com a política e com a intelectualidade. Em ambos os casos, teve preocupação com a questão do nacionalismo brasileiro, sendo um defensor do mesmo, assim como com a questão da imigração, sendo, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, contra a vinda de alguns grupos imigrantes para o Brasil, especialmente os de origem nipônica. Posteriormente, se dedicaria a escrever sobre o cotidiano da cidade de São Leopoldo e sobre o Rio Grande do Sul, assim como sobre a história da imigração, deixando de lado os ranços que caracterizaram sua escrita nas décadas anteriormente mencionadas. Esse trabalho analisa a atuação de Carlos de Souza Moraes (1908 – 2003), com ênfase em sua atuação entre as décadas de 1930 e 1940, período em que, sua atuação política e intelectual também foi expressa através de sua condução frente ao semanário leopoldense *Correio de São Leopoldo*.

Política, nacionalismo e intelectualidade: a atuação de Carlos de Souza Moraes

Carlos de Souza Moraes, advogado bacharelado em 1933, ingressou na Prefeitura Municipal de São Leopoldo no ano de 1937, assumindo o cargo de secretário da mesma. Posteriormente, em 1939, exerceria concomitantemente o ofício de diretor de Instrução Pública da municipalidade leopoldense. Além disso, a partir de 1938, foi nomeado diretor do periódico *Correio de São Leopoldo*, informativo oficial do governo local.

O jornal *Correio de São Leopoldo* foi fundado no ano de 1932, como um órgão oficial do Partido Republicano Liberal (PRL), partido criado no Rio Grande do Sul pelo então interventor federal, general José Antônio Flores da Cunha, para dar sustentação ao seu governo e apoio ao presidente Getúlio Vargas. Em São Leopoldo, o então prefeito municipal, major Theodomiro Porto da Fonseca, que até aquele ano fazia parte dos quadros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que dominara o poder político estadual por mais de quarenta anos, até o fim de 1930, passa a integrar a nova agremiação partidária. Permanece na mesma até 1937, quando rompe com o governador Flores da Cunha e passa para a dissidência. Com o golpe que efetivou o Estado Novo⁵ e o consequente fechamento dos partidos políticos, o *Correio de São*

⁵ Sobre o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul, indicamos a leitura da seguinte obra: GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

Leopoldo deixa de ser um jornal partidário para se tornar um informativo estritamente ligado ao governo municipal.

Além das funções políticas e jornalísticas, Carlos de Souza Moraes também se dedicou ao campo intelectual. Na verdade, podemos dizer que sua atuação política e intelectual sempre caminharam atreladas uma a outra. Em 1937, escreve um livro intitulado *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Essa primeira edição foi custeada pelo próprio autor e não foi possível verificar o alcance da mesma. Cinco anos mais tarde, uma nova edição, revisada e ampliada⁶, é lançada pela Livraria do Globo. Esta, lançada após os ataques japoneses à base naval estadunidense de Pearl Harbor, no Hawaii, durante a Segunda Guerra Mundial, teve um alcance de público maior, por conta de sua difusão. Mas, mesmo sem sabermos exatamente o alcance da primeira edição, esta garantiu que em 1938, Carlos de Souza Moraes fosse integrado ao círculo de membros da Academia Rio-grandense de Letras.

Um dos motivos que pode ter colaborado para o ingresso de Carlos de Souza Moraes na entidade reside no fato do mesmo ter relações com membros já pertencentes à agremiação literária. Um destes membros era o militar, literato e historiador Deoclécio de Paranhos Antunes. O vínculo que unia Moraes e De Paranhos Antunes estava no fato de que ambos pertenciam a mesma entidade nacionalista: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja fundação de um núcleo regional do Rio Grande do Sul se dera em 1936. E o responsável pela implantação deste núcleo foi Carlos de Souza Moraes, que também ocupou o cargo de presidente estadual da entidade na sua fase inicial.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sigla SAAT, teve sua fundação no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1932. No mesmo ano, cerca de um mês antes, era fundada a Ação Integralista Brasileira – AIB – por Plínio Salgado. Entre seus fundadores e primeiros associados, encontramos nomes vinculados com a vida política, intelectual e da imprensa brasileira, como Juarez Távora, Barbosa Lima Sobrinho, Humberto de Campos, Edgar Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Rafael Xavier, Raul de Paula, Heloísa Torres, Roberto Marinho, Félix Pacheco, entre outros. Roberto Marinho era vinculado às *Organizações Globo* e Félix Pacheco, ex-ministro das Relações Exteriores durante o mandato presidencial de Artur Bernardes (1922 – 1926), proprietário do *Jornal do Comércio*. Este periódico seria, inclusive, o grande meio de

⁶ MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

divulgação das ideias e das ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, além da sede da entidade estar instalada em salas do prédio deste jornal.

Dentre as lideranças políticas vinculadas a esta agremiação nacionalista, estão Juarez Távora (presidente da SAAT em 1936), que exerceu cargos políticos durante o Governo Vargas, Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira (também presidente desta sociedade), deputados pela Assembleia Constituinte de 1933, foram porta-vozes de ideias pregadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres durante o período da elaboração da nova carta constitucional brasileira, promulgada em 1934.

Em seu bojo ideológico, os membros desta entidade articularam sua plataforma nas ideias nacionalistas do político e pensador social fluminense Alberto Torres (1865 – 1917), que encontraram eco no espaço sociopolítico brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX. Depois de um período de ostracismo, estas ideias foram novamente difundidas a partir do início da década de 1930. Cabe aqui esclarecer que nas manifestações de Alberto Torres passaram por um processo de apropriação e ressignificação por parte da entidade da qual fora patrono. A estruturação da plataforma de atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres teve como eixo condutor o seguinte tripé: 1) Políticas agrícolas e preocupações com a natureza; 2) Educação, sobretudo de caráter ruralista e 3) preocupação com a questão imigratória no Brasil.

A educação, dentro das prerrogativas difundidas Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, deveria ser de conotação nacionalista, com ênfase estabelecer sólidas relações do cidadão com a terra. Neste sentido, a terra se torna objeto de ação por parte da entidade, quando modula suas diretrizes educacionais para uma educação de caráter rural. Considerando que o momento de maior atuação da entidade, em nível nacional, se dá entre 1932 e 1940, período em que ainda não se desenvolve efetivamente a política de industrialização no país, é no mínimo coerente a proposta educacional apresentada. Silvia Campos de Pinho, ao analisar a documentação da SAAT⁷, acentua esta preocupação, alicerçada por sua vez no ruralismo presente nas concepções do próprio Alberto Torres. Dar ao cidadão o conhecimento da terra, de respeito à natureza, de valorização das técnicas e práticas agrícolas, pela busca de uma vida saudável, que correspondesse às necessidades da nação, eram os elementos norteadores do ideário

⁷ Segundo Silvia Campos de Pinho, grande parte da documentação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi perdida em um incêndio, ocorrido na sede do *Jornal do Comércio*, situada no Rio de Janeiro, onde também estavam localizadas as salas que serviam de sede para a entidade. A documentação existente, utilizada por Sonia Campos de Pinho em sua Dissertação de Mestrado, se encontra em fundos documentais de acervos pessoais, como os arquivados no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

educacional deste grupo. Dentre as ações práticas impetradas nesse sentido, elencamos a fundação de *Clubes Agrícolas* e a realização das *Semanas Rurais*⁸. Além disso, ações em acordo com os governos estaduais, como no caso da Bahia, e com alguns ministérios do Governo Vargas, como os ministérios da Agricultura e da Educação, mostram que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía capacidade de organização e poder relacional com diferentes esferas políticas, buscando agir dentro da estrutura governamental vigente.

Em 1936, quando estava sendo efetivada a fundação do núcleo sul-riograndense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Carlos de Souza Moraes concedeu uma entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, onde declarava alguns dos tópicos principais de preocupação e de atuação da entidade. Posteriormente, os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* se tornaram importantes veículos de difusão de ideias e de divulgação das ações nacionalizadoras das autoridades estadonovistas do Rio Grande do Sul.

Na reportagem datada de 27 de março de 1936, Carlos de Souza Moraes chama a atenção para dois problemas vistos como cruciais, os quais exigiam soluções drásticas: a educação e a pretensa falta de integração dos grupos de origem imigrante ao Brasil. Conforme Moraes,

voltemos nossas vistas para o problema da nacionalização do ensino. Constitue para todo o “torreano” um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em português.⁹

Essas questões norteavam o pensamento político e intelectual de Carlos de Souza Moraes e de muitos integrantes da SAAT. A educação era vista, da forma que estava articulada nos núcleos de origem imigrante, como um grave problema, pois ela colaborava com o que se convencionava chamar de *isolamento* destas comunidades, tidas como apolíticas e pouco interessadas com interar-se dos assuntos nacionais. Por

⁸ Para maiores informações, queira ver: PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

⁹ *Diário de Notícias*, 27/03/1936, p. 03.

outro lado, a educação também era um fator de solução de grande parte dos problemas nacionais, poderia ser um forte e útil instrumento de formação identitária e da constituição de um caráter genuinamente brasileiro. Era preciso agir para modificar esse quadro. Chama a atenção que esse discurso, proferido através da entrevista, ocorreu dois anos antes de decretadas as primeiras medidas de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul¹⁰. Quando do início do regime do Estado Novo e da política de nacionalização, os integrantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres encontraram aí um campo profícuo para atuação, visando transformar discursos que estavam no campo intelectual em ações práticas e efetivas. Somando-se a isso, a utilização dos meios de comunicação impressos, como jornais e revistas, também constituiu uma forma importante de ampliação do alcance das ideias da entidade, vinculadas intimamente com a nova política vigente no momento. E Carlos de Souza Moraes, em nível regional, buscou utilizar muito bem do instrumento que passaria a dispor em suas mãos, que era o *Correio de São Leopoldo*.

O discurso nacionalista nas páginas do *Correio de São Leopoldo*

A partir de 1938, o *Correio de São Leopoldo* passa a adotar um discurso de tonalidade nacionalista, convergindo para o status cultural e político no qual o Brasil estava inserido naquele momento, assim como se aproximando acentuadamente do pensamento de seu novo diretor e da entidade da qual fazia parte.

São ascendentes as notícias elogiosas ao governo de Getúlio Vargas, ao então interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, e ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, que foi mantido no cargo depois de deflagrado o Estado Novo. Além disso, era constante a defesa das ações de nacionalização que vinham sendo implantadas, sobretudo no âmbito educacional, operando dessa forma para evitar a perpetuação dos chamados *quistos étnicos*. Como visto anteriormente, a alegação de uma não integração das comunidades de origem imigrante à realidade social e cultural brasileira era um dos pontos elementares dos discursos da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Era preciso combater esse problema a todo e qualquer custo. E a educação nacionalizada era um caminho fértil para essa integração, mesmo que de

¹⁰O decreto estadual nº. 7.212, instituindo a nacionalização do ensino foi publicado em 07 de abril de 1938, assinado pelo então interventor federal, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. A chamada Campanha de Nacionalização do Ensino, no entanto, teve como seu principal articulador no Rio Grande do Sul o então secretário de Educação José Pereira Coelho de Souza, que ocupou a pasta entre 1937 e 1945, durante todo o período do Estado Novo.

forma forçada. Conforme publicação no Correio de São Leopoldo, datada de 30 de março de 1940, isso faria com que se formassem *bons brasileiros*, não mais corrompidos moralmente, pois agora teriam a “educação para controlá-lo”.¹¹

Percebemos que a postura que passou a ser fortemente adotada pelo jornal está intrinsecamente vinculada com o ideário de Carlos de Souza Moraes, seu diretor. Moraes, desta forma, uniu sua concepção intelectual e política sobre o nacionalismo brasileiro e aspectos da realidade encontrada em áreas de imigração do Rio Grande do Sul, como no caso de São Leopoldo, de presença alemã, passando a reproduzi-los através da imprensa, favorecendo assim sua disseminação. Isso, tendo o respaldo das autoridades de regime.

Na medida em que ocorria um distanciamento maior das relações entre o Brasil e a Alemanha nazista, efetivada com o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países em janeiro de 1942, o tom dos discursos do jornal também se tornavam mais incisivos. No mês seguinte, em edição publicada no dia 14¹², o jornal pronuncia-se sobre a necessidade de um rompimento cultural definitivo com o estrangeiro, tanto com a matriz lusa e espanhola, mas, sobretudo, com qualquer traço de proximidade com os países do Eixo. Era preciso, cada vez mais, pleitear esforços para uma cultura e sociedade autenticamente brasileiras. Embora tenham sido feitas críticas aos laços culturais com portugueses e espanhóis, estes grupos eram vistos, assim como franceses e até mesmo os italianos, como mais *dóceis* ao processo de assimilação sociocultural que se vinha implementando no Brasil, por meio das medidas nacionalizadoras. Porém, alemães, japoneses e sírio-libaneses (sendo estes dois grupos étnicos os que mais sofreram ataques por parte dos integrantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres) eram considerados como de assimilação difícilíssima, sendo classificados como *grupos indesejáveis* ao Brasil.

As manifestações nacionalistas e de combate aos grupos étnicos, vistos como *inimigos do Brasil* e ameaças à unidade e ao bem do país vão se tornando cada vez mais violentos, não apenas nas páginas dos jornais, como no Correio de São Leopoldo, mas também nos atos públicos. Orientações de combate aos chamados *quinta-colunas*¹³, expressão surgida durante a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939), que no caso brasileiro

¹¹ *Correio de São Leopoldo*, 30/03/1940, p. 03.

¹² *Correio de São Leopoldo*, 14/02/1942, p. 01.

¹³ Além das notícias em jornais, também foi publicado um livro sobre a temática, escrito pelo então chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, tenente-coronel Aurélio da Silva Py, que ocupou o cargo entre 1937 e 1943. Para maiores informações, veja ver: PY, Aurélio da Silva. *A 5 coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

se aplicava aos imigrantes e descendentes, sobretudo alemães, que estariam atuando contra o Brasil, apoiando a causa nazista, eram divulgadas. Em edição de 7 de fevereiro de 1942, o *Correio de São Leopoldo* indica que, para se reconhecer um quinta-coluna: “quando alguém disser: ‘é um absurdo a supressão da imprensa em língua estrangeira no Brasil, pois a cultura repele tal coisa e nas escolas brasileiras se ensinam línguas estrangeiras’, esse indivíduo é um quinta-colunista”¹⁴. E todo bom brasileiro deveria, nesse caso, por obrigação para com sua Pátria, denunciar o mesmo às autoridades competentes. Nesse sentido, o clima de suspeitas, delações e prisões arbitrárias estava instalado no país.

E agosto de 1942, o clima se tornou cada vez mais conturbado, onde atos de depredações e manifestações violentas contra imigrantes e descendentes chegaram ao nível mais crítico. Naquele mês, seis navios brasileiros foram atacados por submarinos alemães na costa do Nordeste brasileiro, acentuadamente entre Salvador e Recife, causando a morte de aproximadamente 600 pessoas. Em resposta, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo em fins de agosto daquele ano. Em São Leopoldo, após os afundamentos ocorridos em decorrência dos ataques nazistas, manifestações patrióticas foram realizadas, marcadas por discursos notadamente extremados. Em 18 de agosto, foi realizado um comício, tendo como principal orador Carlos de Souza Moraes, que conclamou os *bons brasileiros* a combaterem os *inimigos da pátria*, aqueles que não amam o Brasil, mas que vivem apaixonadamente declarando sua vinculação com a *terra dos antepassados*, ou seja, a Alemanha. O clima de tensão e hostilidade aos alemães e descendentes chegou ao seu auge quando, durante uma madrugada, logo após o comício organizado por Carlos de Souza Moraes, a estátua de bronze em homenagem ao colono alemã, localizada no monumento alusivo ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul¹⁵, construído em 1924, foi destruída e seus pedaços jogados no rio dos Sinos, às margens da praça onde o monumento está ainda instalado. Além disso, atos de violência contra alemães e descendentes ocorreram em outras cidades do estado, inclusive na capital, Porto Alegre. Contudo, essas arbitrariedades, muitas vezes ocorridas de forma injusta, não ganhavam espaço nas páginas do semanário leopoldense. Naquele momento, o grande destaque era dado para os discursos e atos patrióticos, enaltecendo o sentimento de brasilidade.

¹⁴ Correio de São Leopoldo, 07/02/1942, p.03.

¹⁵ Os primeiros imigrantes de origem alemã chegaram ao Rio Grande do Sul em julho de 1824, vindos, sobretudo, das regiões de Hamburgo, Renânia-Palatinado, Hunsrück e Mecklenburg-Schwerin.

Durante o tempo em que esteve na direção do *Correio de São Leopoldo*, Carlos de Souza Moraes buscou cooperar com a Campanha de Nacionalização, destacando principalmente elementos vinculados com a educação, lembrando que ele próprio era, nesse período, o responsável por dirigir a instrução pública no município. Era destacado o empenho para o ensino pleno da Língua Portuguesa, de História e Geografia do Brasil, assim como cuidados com a natureza e com a terra. Nesse sentido, essa ação vai ao encontro do plano intelectual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em 1943, começa a ganhar menção a intenção da construção de um educandário agrícola em São Leopoldo, o que efetivamente ocorreu em 1944, quando é inaugurado o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. Outro elemento de forte ligação com o ideário da entidade da qual Carlos de Souza Moraes era engajado.

Também foi noticiada, em 1941, a criação de um novo grupo escolar da municipalidade leopoldense, que receberia o nome de João Daniel Hillebrand. Neste mesmo ano, a antiga Casa da Feitoria¹⁶ foi comprada pela prefeitura de São Leopoldo. Após a reforma, onde a mesma passou de uma casa em estilo colonial português para um prédio em técnica enxaimel, foi instalado o novo educandário, ao lado de onde, três anos depois, seria construído o Patronato Agrícola. Em um período de nacionalização e de abasileiramento dos nomes de instituições e locais de origem alemã, qual a razão de se colocar o nome de uma liderança alemã em um educandário? Mas se analisarmos a trajetória de João Daniel Hillebrand, poderemos compreender as razões que fundamentam a escolha de seu nome para denominação da escola. O médico João Daniel Hillebrand, chegado ao Brasil com as primeiras levas de imigrantes alemães, a partir de 1824, logo passaria a exercer uma liderança dentro do núcleo imigrante. Também era bem visto pelas autoridades imperiais, mesmo cobrando muitas vezes melhores condições para os colonos. Quando rompera a guerra civil Farroupilha, em 1835, assumira uma postura favorável aos legalistas, contra os rebeldes farrapos. Por conta de seu empenho em favor do império, recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional e a condecoração da Ordem de Cristo, a mais importante do império do Brasil. Nesse sentido, a figura de Hillebrand é exaltada como um imigrante que, ao assumir

¹⁶ A Casa da Feitoria, também conhecida como Casa do Imigrante, hoje é propriedade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Entre 1788 e 1824, era parte da Real Feitoria do Linho Cânhamo, responsável pelo fornecimento de matéria-prima utilizada na fabricação de cordas para o império português e, posteriormente, do Brasil. Em 1824, com a desativação da feitoria e a criação da Colônia Alemã de São Leopoldo, recebeu as primeiras famílias de imigrantes, antes de estes receberem seus lotes de terra. O projeto da reforma é do arquiteto Theodor Wiederspahn (1878-1952), que foi responsável também pelos prédios onde estão atualmente o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul e a Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, dentre outras obras nessa cidade e em outros do Rio Grande do Sul.

uma postura favorável ao império do Brasil, se identificou e agiu como um brasileiro. Ao dar seu nome ao educandário, as autoridades, de forma especial Carlos de Souza Moraes, assinalavam que os imigrantes e descendentes de São Leopoldo deveriam se espelhar em Hillebrand, tornando-se brasileiros autênticos. O nome do grupo escolar, dessa forma, possuía um caráter pedagógico dentro do contexto de nacionalização.

Outra marca do semanário leopoldense era a divulgação e exaltação das atividades e festejos cívicos, como a Semana da Pátria, o dia de Tiradentes, a Proclamação da República e o aniversário natalício de Getúlio Vargas. Sem, é claro, de deixar de prestar reverências anuais ao gestor municipal, Theodomiro Porto da Fonseca, que permaneceu à testa da municipalidade de São Leopoldo por dezesseis anos, entre 1928 e 1944. Ao deixar o governo municipal, outra pessoa foi indicada pelo governo estadual, assumindo em novembro de 1944. E a escolha recaiu sobre Carlos de Souza Moraes, que governou, em um primeiro mandato, até o fim do Estado Novo, deixando a prefeitura em novembro de 1945.

Conclusão

Mesmo diante de um índice alto de analfabetismo no Brasil das décadas de 1930 e 1940, a circulação de ideias através da imprensa ganhava repercussão e discussão no âmbito social, através de sua circularidade. Por conta disso, muitos intelectuais e políticos, que em muitas situações se encontravam em uma mesma pessoa ou grupo, utilizaram deste espaço pra difusão de suas ideias. No caso de Carlos de Souza Moras, enquanto político atuante durante o período do Estado Novo e intelectual vinculado com uma entidade nacionalista, que foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, não foi diferente.

Aproveitando do poder político que possuía e dos instrumentos disponíveis, ou seja, o meio educacional e a imprensa, buscou difundir suas ideias, mesmo que muitas vezes não de forma tão direta, apoiado nos mecanismos socioculturais que lhe respaldavam essas ações, advindas por estar inserido diretamente na estrutura burocrática estadonovista e gozar de consideração por parte de autoridades estaduais e federais. Assim soube moldar e explorar seu bojo intelectual, externando suas teorizações e percepções acerca da formação da identidade nacional brasileira e das políticas de imigração.

A análise da imprensa, seja em nível mais amplo, seja em nível local ou regional, nos fornece subsídios importantes para compreender a circularidade intelectual e

política, assim como as imbricações que estes importantes elementos sociais possuem. No caso que aqui analisamos, o semanário Correio de São Leopoldo constituiu um poderoso instrumento de difusão de ideias e de ação propagandista e pedagógica das ações nacionalizadoras durante o Estado Novo. Ao mesmo tempo, ele permite verticalizar o olhar, buscando compreender as redes políticas e intelectuais que se formaram em torno deste jornal, os conflitos e jogos de poder, assim como as especificidades e complexidades dos desdobramentos estadonovistas em âmbito local. Muitos aspectos não foram contemplados nesse artigo. Mas que ele possa ser útil e inspirar mais pesquisas em torno das relações entre políticos e intelectuais e sua atuação junto da imprensa, de maneira especial em nível regional, contribuindo assim para uma mudança de perspectivas, complexificando fatos históricos e afastando-se de generalizações e fórmulas tidas como prontas.